

SE Narandiba S.A.

**Demonstrações Contábeis
Regulatórias 31 de dezembro de
2017 com Relatório do Auditor
Independente**

Conteúdo

| | |
|--|-----------|
| Relatório da Administração Regulatório | 3 |
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias | 8 |
| Balanço patrimonial | 11 |
| Demonstração do resultado abrangente | 13 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | 14 |
| Demonstrações do fluxo de caixa | 15 |
| Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias | 16 |

INTRODUÇÃO

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir o Relatório das principais atividades no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com as práticas contábeis brasileiras e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico- MCSE.

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

O ano de 2017 será lembrado como o início da grande transformação do Grupo Neoenergia, controlador da NARANDIBA S.A., com 100% de participação em seu capital social. Com a incorporação da Elektro Holding, em agosto, o Grupo Neoenergia passou a ser o maior grupo privado do setor elétrico brasileiro em número de clientes. São 13,5 milhões de unidades consumidoras atendidas pelas quatro distribuidoras (Coelba, Celpe, Cosern e Elektro Redes), um universo de 34 milhões de pessoas - quase 20% da população brasileira. Em Geração, o Grupo Neoenergia possui capacidade instalada de 4,3 GW, entre ativos em operação ou em construção. A base de ativos regulatórios é de R\$ 15 bilhões, a maior entre os players privados do setor no Brasil e América Latina. O Grupo está presente em 16 estados brasileiros e nosso viés é de crescimento sustentável.

Dando sequência a uma parceria de sucesso, construída nestes 20 anos junto ao Banco do Brasil e à PREVI, com a incorporação da Elektro Holding, a Neoenergia tem uma nova composição acionária na qual a Iberdrola torna-se a controladora. O compromisso da Iberdrola no Brasil é claro, histórico e consistente: a Neoenergia é o único veículo de investimentos da Iberdrola no país. Em 2017, os investimentos da Neoenergia, considerando inclusive o investido em suas coligadas, atingiram R\$ 4,4 bilhões, 13% a mais do que em 2016. E esse patamar deverá se manter pelos próximos anos, sobretudo com o desenvolvimento de novos projetos, como as seis linhas de transmissão (1.600 quilômetros no total) e os nove parques eólicos (281,4 MW) conquistados nos leilões de abril e dezembro. O Grupo tem muito a avançar.

Ao apresentar os resultados de 2017, a SE Narandiba S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

É com muito orgulho dessas conquistas que apresento os nossos resultados de 2017. E quero deixar uma palavra que nos estimula para enfrentar os novos desafios que virão: compromisso.

1. A SE NARANDIBA S.A.

A SE Narandiba S.A. ("SE NARANDIBA") é uma companhia fechada estabelecida em 18 de agosto de 2008, controlada 100% pela Neoenergia, com sede no Rio de Janeiro. A companhia é uma sociedade de propósito específico (SPE) e possui 100% de participação nas Subestações de Narandiba, Brumado II 230/138kV e Extremoz II.



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

A Subestação Narandiba, que atende à população de Salvador, entrou em operação em 2010 com potência instalada de 200MVA. Esse empreendimento foi concebido com equipamentos de última geração (GIS), que oferecem mais confiabilidade e segurança à operação, além de ocupar menos espaço. Sua construção teve baixo impacto ambiental e fez parte do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), do Governo Federal. Através da Resolução Autorizativa nº 3.230, publicada no dia 15 de Dezembro de 2011, a SE NARANDIBA S.A. foi autorizada a implantar reforços nas instalações da Subestação Narandiba com a instalação de um novo transformador de 100 MVA 230/69kV. A obra foi concluída em fevereiro de 2014.

Em 2012, o Grupo Neoenergia venceu o lote D do Leilão de Transmissão nº 005/2012 realizado pela ANEEL para ampliar a subestação Brumado II, pertencente à Afluente T, com a instalação de um transformador de 100 MVA 230/138 kV. Apesar da subestação pertencer à Afluente T, os novos ativos foram construídos e são operados pela Narandiba S.A. A

unidade foi ligada ao sistema já operado pela Afluente T em setembro de 2014. A subestação beneficia a Região Sudoeste da Bahia, composta por 30 municípios, entre os quais se destacam, Brumado e Vitória da Conquista, ampliando a oferta e melhorando os níveis de tensão e a confiabilidade do sistema elétrico regional.

Em julho de 2015 foi concluída a construção da Subestação Extremoz II, de 230/69kV 2 x 150 MVA, no Rio Grande do Norte, que foi arrematada no lote G do Leilão de Transmissão nº 006/2011 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) no dia 16/12/2011. Localizada no município de São Gonçalo do Amarante, a cerca de 16 km de Natal, a subestação vai permitir atender à crescente demanda de energia no setor norte da Região Metropolitana de Natal, capital do estado, bem como auxiliar no escoamento oriundo da expansão dos parques eólicos no Estado.

A COSERN, distribuidora do Grupo Neoenergia, formalizou junto ao ONS, solicitação de acesso à SE Extremoz II, para a construção de um novo bay de 69kV para alimentação do novo Aeroporto de São Gonçalo do Amarante. A implantação deste novo bay de 69 kV foi concluída em 13 de maio de 2016 e foi realizada pela SE Narandiba.

Em 2017, a disponibilidade de operação dos ativos da Empresa Narandiba S.A. foi de 99,93%, bem em linha com o desempenho realizado nos últimos anos. Este indicador é importante, pois as concessionárias de transmissão de energia elétrica têm a qualidade do serviço aferida pela ANEEL através da disponibilidade do sistema de transmissão. Parte deste tempo de indisponibilidade da Transmissora, a ANEEL calcula a Parcela Variável, que é a parcela a ser deduzida da receita da transmissora em função da não prestação adequada do serviço público de transmissão.

3. ATIVOS EM OPERAÇÃO

3.1. Subestações em operação

Empresa: SE NARANDIBA S.A.

Subestações em Operação - Características Físicas

| Subestação | Circuito | Tensão (kV) | Extensão (km) | Capacidade Transformação (MVA) | Início Operação Comercial | Vencimento da Outorga |
|-------------|----------|-------------|---------------|--------------------------------|---------------------------|-----------------------|
| Brumado II | - | 230/138 | - | 100 | 21/09/2014 | 27/08/2042 |
| Extremoz II | - | 230/69 | - | 300 | 04/07/2015 | 10/05/2042 |
| Narandiba | - | 230/69 | - | 300 | 06/06/2011 | 28/01/2039 |

Subestações em Operação - Características Financeiras

| Subestação | Propriedade (%) | RAP (R\$ mil) | RAP Proporcional (R\$ mil) | Ano de Degrau da RAP | Mês base reajuste | Índice de Correção |
|-------------|-----------------|---------------|----------------------------|----------------------|-------------------|--------------------|
| Brumado II | 100 | 1.900,32 | 1.900,32 | 2017 | Julho | IPCA |
| Extremoz II | 100 | 3.145,72 | 3.145,72 | 2017 | Julho | IPCA |
| Narandiba | 100 | 9.202,75 | 9.202,75 | 2019 | Julho | IPCA |

5. RECEITA ANUAL PERMITIDA

RAP Esperada - R\$ mil

Deve expor os últimos 2 anos realizados em moeda nominal - com inflação - e os 5 anos seguintes ao ano corrente em moeda constante de 31/12/2015 - sem inflação

| Subestação | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2021 |
|-------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| Brumado II | 1.738,29 | 1.934,50 | 1.934,50 | 1.934,50 | 1.934,50 | 1.934,50 | 1.934,50 |
| Extremoz II | 2.877,50 | 2.984,68 | 2.984,68 | 2.984,68 | 2.984,68 | 2.984,68 | 2.984,68 |
| Narandiba | 8.418,09 | 9.368,28 | 9.368,28 | 9.368,28 | 9.368,28 | 9.368,28 | 9.368,28 |

Nota 1: Conforme orientação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, os valores de 2018 a 2022 foram mantidos em moeda constante de 31/12/2017, portanto, não foram reajustados pelo IPCA e/ou IGPM.

Nota 2: A Revisão Tarifária ocorre em 2019 para Narandiba e 2018 para Brumado II; seus efeitos não foram considerados, visto que ainda não são conhecidos os parâmetros da Revisão.

Nota 3: Inclui efeitos da Revisão Tarifária de 2017 para e Extremoz II

7. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras regulatórias e notas explicativas.

7.1. Resultado Econômico Financeiro

| DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (em R\$ mil) | 2017 | 2016 | 2017 X 2016 | |
|--|---------------|---------------|--------------|--------------|
| | | | R\$ | % |
| Receita Bruta | 15.133 | 14.039 | 1.094 | 7,80 |
| Deduções da Receita Bruta - Tributos | (552) | (511) | (41) | 8,10 |
| Encargos Parcela A | (596) | (417) | (179) | 42,88 |
| Resultado antes dos Custos Gerenciáveis | 13.985 | 13.111 | 874 | 6,67 |
| Custo Não Gerenciável - Parcela A | (52) | (48) | (4) | 8,33 |
| Custo Gerenciável - Parcela B | (2.689) | (2.292) | (397) | 17,30 |
| Amortização / Depreciação | (3.498) | (3.467) | (31) | 0,89 |
| Resultado da Atividade | 7.747 | 7.304 | 443 | 6,06 |
| EBITDA | 11.245 | 10.771 | 474 | 4,40 |
| Resultado Financeiro | (2.830) | (4.218) | 1.388 | (32,91) |
| Lucro Antes dos Impostos | 4.917 | 3.086 | 1.831 | 59,33 |
| IR e CSLL | (480) | (487) | 7 | (1,50) |
| Lucro (Prejuízo) do Período | 4.437 | 2.599 | 1.838 | 70,73 |

A Receita Bruta de Narandiba foi de R\$ 15.133 mil, apresentando um aumento de 7,8% (R\$ 19.930 mil) em comparação ao mesmo período de 2016, quando a companhia registrou R\$ 14.039 mil.

Os Custos e Despesas Operacionais, entre custos gerenciáveis e não gerenciáveis, registraram o montante de R\$ 6.239 mil, um aumento de R\$ 432 mil quando comparados aos custos de 2016 (R\$ 5.807 mil). O Resultado Financeiro Líquido da Companhia apresentou variação positiva de R\$ 1.388 mil.

Considerando os fatores acima mencionados, a SE Narandiba registrou Lucro Líquido de R\$ 4.437 mil (R\$ 1.838 mil acima do registrado em 2016) e EBITDA de R\$ 11.245 mil, aumento de 4,4% quando comparado a 2016.

8. RELAÇÕES COM INVESTIDORES

No intuito de disponibilizar informações com elevado padrão de qualidade, transparência e confiabilidade, com base na legislação pertinente e das regras que regulam o setor elétrico, a SE Narandiba S.A adota uma política de comunicação consistente, clara e confiável com o mercado de capitais, zelando pelo relacionamento com acionistas, analistas de mercado, instituições financeiras, agências de "rating" e instituições reguladoras, em conformidade com as boas práticas de governança corporativa.

A SE Narandiba S.A disponibiliza informações através da área de Relações com Investidores, e-mail (ri@neoenergia.com), no site Relações com Investidores www.neoenergia.com - link RI) e por meio dos relatórios e informes trimestrais e anuais enviados para a Bovespa e CVM.

9. AGRADECIMENTOS

Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos acionistas, aos nossos clientes, fornecedores, aos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela SE Narandiba S.A. ("SE Narandiba"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade de SE Narandiba e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita de SE Narandiba.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções de SE Narandiba sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Contábil Anual Regulatória.



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e Diretores da

SE Narandiba S.A.

Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da SE Narandiba S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da SE Narandiba S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SE Narandiba S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a SE Narandiba S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras societárias

A SE Narandiba S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 07 de março de 2018.

Auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis regulatórias relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, preparados originalmente antes dos ajustes, descritos na nota explicativa 5, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações, com data de 27 de abril de 2017. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis regulatórias do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, examinamos os ajustes nos valores correspondentes das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016, que em nossa opinião são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre eles tomados em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluimos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

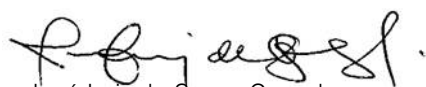
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



José Luiz de Souza Gurgel
Contador CRC RJ-087339/O-4

SE Narandiba S.A.
CNPJ 10.337.920/0001-53
Balço Patrimonial dos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

| | Notas | 2017 | 2016 (reclassificado) |
|---|-------|----------------|--------------------------|
| Ativos | | | |
| Ativo Circulante | | 2.867 | 4.006 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 6 | 1.276 | 40 |
| Consumidores e permissionárias | 7 | 1.452 | 1.665 |
| Tributos compensáveis | 8 | 114 | 508 |
| Títulos e valores mobiliários | 6 | - | 1.766 |
| Outros ativos circulantes | | 24 | 27 |
| Ativo Não Circulante | | 99.884 | 103.603 |
| Tributos compensáveis | 8 | 5.643 | 5.643 |
| Títulos e valores mobiliários | 6 | - | 258 |
| Imobilizado | 9 | 94.242 | 97.702 |
| Total do Ativo | | 102.751 | 107.609 |
| Passivo | | | |
| Passivo Circulante | | 41.161 | 18.876 |
| Fornecedores | | 272 | 187 |
| Empréstimos e financiamentos | 10 | 17.352 | 17.729 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio | | 22.752 | - |
| Tributos a pagar | | 662 | 810 |
| Encargos setoriais | | 116 | 115 |
| Outros passivos circulantes | | 7 | 35 |
| Passivo Não Circulante | | 20.137 | 53.064 |
| Empréstimos e financiamentos | 10 | 20.028 | 32.209 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio | 11 | - | 20.820 |
| Encargos setoriais | | 102 | 35 |
| Outros passivos não circulantes | | 7 | - |
| Total do Passivo | | 61.297 | 71.940 |
| Patrimônio Líquido | | | |
| Capital social | 12 | 57.654 | 54.375 |
| Reservas de lucros | | 14.727 | 8.524 |
| Prejuízos acumulados | | (30.928) | (27.230) |
| Total do Patrimônio Líquido | | 41.454 | 35.669 |
| Total do Passivo e do Patrimônio Líquido | | 102.751 | 107.609 |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

SE Narandiba S.A.
 CNPJ 10.337.920/0001-53
 Balanço Patrimonial dos Exercícios Findos
 em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Valores expressos em milhares de reais)

| | Notas | <u>2017</u> | <u>2016</u> |
|--|-------|----------------------|----------------------|
| Receita / Ingresso | 13 | 15.133 | 14.039 |
| Disponibilização do sistema de transmissão | | 15.133 | 14.039 |
| Tributos | 13 | (552) | (511) |
| PIS | | (98) | (91) |
| Cofins | | (454) | (420) |
| Encargos - Parcela "A" | 13 | (596) | (417) |
| Reserva Global de Reversão - RGR | | (457) | (286) |
| Pesquisa e Desenvolvimento - P&D | | (139) | (131) |
| Receita Líquida | | <u>13.985</u> | <u>13.111</u> |
| Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A" | 13 | (52) | (48) |
| Taxa de fiscalização | | (52) | (48) |
| Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis | | <u>13.933</u> | <u>13.063</u> |
| Custos Gerenciáveis - Parcela "B" | 14 | (6.187) | (5.759) |
| Material | | (123) | (143) |
| Serviços de terceiros | | (2.082) | (1.975) |
| Arrendamento e aluguéis | | - | (8) |
| Tributos | | (51) | (44) |
| Depreciação e amortização | | (3.498) | (3.467) |
| Outras despesas operacionais | | (432) | (122) |
| Resultado da Atividade | | <u>7.747</u> | <u>7.304</u> |
| Resultado Financeiro | 15 | (2.829) | (4.218) |
| Despesas financeiras | | (2.940) | (4.444) |
| Receitas financeiras | | 111 | 226 |
| Lucro antes dos impostos | | <u>4.918</u> | <u>3.086</u> |
| Despesa com impostos sobre o lucro | | (480) | (487) |
| Lucro líquido do exercício | | <u>4.438</u> | <u>2.599</u> |
| Lucro por Ação do capital - R\$ | | 0,08 | 0,05 |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

SE Narandiba S.A.
CNPJ 10.337.920/0001-53
Demonstração do Resultado Abrangente dos Exercícios Findos
em 31 de Dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

| | <u>2017</u> | <u>2016</u> |
|---|--------------|--------------|
| Lucro líquido do Exercício | 4.438 | 2.599 |
| Outros Resultados Abrangentes | <u>-</u> | <u>-</u> |
| Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos | <u>4.438</u> | <u>2.599</u> |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

SE Narandiba S.A.
 CNPJ 10.337.920/0001-53
 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios
 Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Valores expressos em milhares de reais)

| | Capital Social | Reservas de Lucros | Lucros (Prejuízos) Acumulados | Total |
|---|-----------------------|---------------------------|--------------------------------------|--------------|
| Saldos em 31 de Dezembro de 2015 | 51.375 | 3.915 | (23.784) | 31.506 |
| Aumento de Capital Social | 3.000 | - | - | 3.000 |
| Lucro Líquido do Exercício | - | - | 2.599 | 2.599 |
| Destinação Proposta à A.G.O.: | | | | |
| Reserva legal | - | 302 | (302) | - |
| Dividendos mínimos obrigatórios | - | - | (1.436) | (1.436) |
| Reserva especial de dividendos não distribuídos | - | 4.307 | (4.307) | - |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2016 | 54.375 | 8.524 | (27.230) | 35.669 |
| Aumento de Capital | 3.279 | - | - | 3.279 |
| Lucro Líquido do Exercício | - | - | 4.438 | 4.437 |
| Destinação Proposta à A.G.O.: | | | | |
| Reserva legal | - | 407 | (407) | - |
| Dividendos mínimos obrigatórios | - | - | (1.933) | (1.932) |
| Reserva especial de dividendos não distribuídos | - | 5.796 | (5.796) | - |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2017 | 57.654 | 14.727 | (30.928) | 41.454 |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

SE Narandiba S.A.
 CNPJ 10.337.920/0001-53
 Demonstrações do Fluxo de Caixa dos Exercícios Findos
 em 31 de dezembro 2017 e 2016
 (Valores expressos em milhares de reais)

| | 2017 | 2016 (reclassificado) |
|---|---------------|----------------------------------|
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | |
| Lucro líquido do exercício | 4.438 | 2.599 |
| Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa | 6.689 | 8.297 |
| Depreciação | 3.498 | 3.467 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 6 | - |
| Atualização de títulos e valores mobiliários | (109) | (222) |
| Imposto de renda e contribuição Social | 480 | 487 |
| Juros e variações monetárias | 2.814 | 4.343 |
| | <u>11.127</u> | <u>10.674</u> |
| Redução (Aumento) de Ativos | | |
| Concessionários | 207 | (340) |
| Imposto de renda e contribuição social | (38) | (5) |
| Tributos compensáveis | 394 | (70) |
| Outros | 3 | (4) |
| | <u>566</u> | <u>(419)</u> |
| Aumento (Redução) de Passivos | | |
| Encargos setoriais | 68 | 9 |
| Fornecedores demais | 85 | (314) |
| Tributos e contribuição Social | (134) | 4 |
| Outros | (22) | 14 |
| | <u>(2)</u> | <u>(287)</u> |
| CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | 11.691 | 9.968 |
| Encargos de dívidas pagos | (3.208) | (1.530) |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | (457) | (375) |
| CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | 8.026 | 8.063 |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | |
| Imobilizado | (38) | (646) |
| Aplicação em títulos e valores mobiliários | (14.681) | (459) |
| Títulos e valores mobiliários adquiridos | 16.814 | 3.241 |
| CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | 2.095 | 2.136 |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | |
| Aumento de capital | 3.279 | 3.000 |
| Empréstimos e financiamentos pagos | (12.164) | (13.199) |
| CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | (8.885) | (10.199) |
| VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | <u>1.236</u> | <u>-</u> |
| No início do exercício | 40 | 40 |
| No fim do exercício | <u>1.276</u> | <u>40</u> |
| | <u>1.236</u> | <u>-</u> |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

SE Narandiba S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, cujas atividades são exercidas pelo Conselho Nacional de Políticas Energéticas (CNPE), Ministério das Minas e Energia (MME) e Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE). As atividades regulatórias e de fiscalização são exercidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e as atividades de planejamento, operação e contabilização são exercidas por empresas públicas ou de direito privado sem fins lucrativos, como a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

O objetivo do MME é assegurar a eficiência na operação e prestação do serviço aos Consumidores, garantir a modicidade tarifária e criar um ambiente regulatório estável que estimule a concorrência, mostrando-se atrativo ao ingresso de novos investimentos privados no setor e que mantenha orientação para as funções de planejamento setorial de longo, médio e curto prazos. A atual estrutura de funcionamento do setor elétrico foi concebida sob um ideal de equilíbrio institucional entre Agentes de Governo, Agentes Públicos e Privados.

De acordo com o disposto nos contratos de concessão de transmissão, a SE Narandiba S.A. (“Narandiba” ou “Companhia”) está autorizada a cobrar as Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essas tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

2. Contexto operacional e concessões

A SE NARANDIBA S.A. (“SE Narandiba” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 18 de agosto de 2008 com o propósito de reforçar o suprimento de energia para a Região Metropolitana de Salvador por meio de uma subestação de energia com concessão obtida em leilão de transmissão realizado em 03 de outubro de 2008. A subestação entrou em operação comercial em junho de 2011 e o contrato de concessão de transmissão nº 004/2009 ANEEL foi outorgado em 28 de janeiro de 2009 com vigência de 30 anos. Além deste Contrato, a Companhia sagrou-se vencedora dos Leilões 06/2011 (realizado em 16/12/2011) e 05/2012 (realizado em 06/06/2012), cujos objetos correspondem às Subestações de Extremoz II e Brumado II, respectivamente.

As instalações do Contrato de Concessão 009/2012, assinado em 10/05/2012, referente à Subestação Extremoz II, iniciaram a operação comercial julho de 2015. Já as instalações do Contrato de Concessão nº 023/2012, assinado em 27/08/2012, referente à Subestação Brumado II, iniciaram a operação comercial em setembro de 2014.

SE Narandiba S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Além deste reforço, encontra-se em operação comercial desde o dia 15 de maio de 2016 o 5o bay da SE Extremoz II 69 kV, construído para atender ao Aeroporto de São Gonçalo do Amarante. Destacamos que a RAP para esta instalação será definida no próximo ciclo tarifário e terá seu valor publicado em julho de 2017, retroativo à data de início da operação comercial.

3. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis regulatórias. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas tomando por base as demonstrações financeiras estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pelas aplicações diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações contábeis regulatórias em 26 de abril de 2018, as quais estão expressas em milhares de reais, exceto quando indicado o contrário.

4. Principais Práticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo:

4.1. Práticas Contábeis Gerais

a. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

b. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

SE Narandiba S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Análise do valor de recuperação dos ativos

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

d. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

São apurados com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidente sobre os percentuais de 8% para imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração, conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

e. PIS e COFINS

O PIS e a COFINS incidem sobre a receita de disponibilização do sistema de transmissão - Rede Básica. O recolhimento de tais tributos ocorre de acordo com a suas atividades em operação e de acordo com o efetivo faturamento da RAP.

f. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

Ativos financeiros

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.
- Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável.

SE Narandiba S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros e os ajustes decorrentes da aplicação do método são reconhecidos no resultado como despesas financeiras.

g. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo em operações compromissadas.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

h. Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo seu valor líquido de realização.

Provisões são constituídas por valores considerados de improvável realização dos ativos na data dos balanços patrimoniais.

i. Passivos circulantes e não circulantes

São demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço, quando aplicáveis.

j. Dividendos

O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício apurado com base nas demonstrações financeiras societárias da Companhia, ajustado pela constituição de reserva legal.

4.2. Práticas contábeis específicas regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentados na nota explicativa nº 2, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

SE Narandiba S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

5. Reclassificação de saldos comparativos

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as demonstrações dos fluxos de caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2016 estão sendo reclassificadas, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Erro (IAS 8) e CPC 26(R1) - Apresentação das demonstrações contábeis (IAS 1), em decorrência da reclassificação dos saldos referentes as aplicações financeiras da conta de Caixa e equivalentes de caixa para a conta de Títulos e valores mobiliários e a reclassificação da conta de concessão de serviços públicos (ativo financeiro) da linha de atividades de investimentos para atividades operacionais. As aplicações financeiras que foram reclassificadas não atendiam a todos os critérios para a classificação como equivalentes de caixa, uma vez que não vinham sendo utilizados para atender a compromisso de curto prazo, bem como em alguns casos tinham prazo de vencimento superior a noventa dias. Os valores referentes a ativos financeiros de concessão de serviços públicos foram reclassificados pois referem-se aos fluxos de caixa advindos da atividade geradora de receita da Companhia.

SE Narandiba S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela a seguir resume esses impactos:

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2016

| | Anteriormente apresentado | Ajustes | Reclassificado |
|------------------------------------|------------------------------|----------|----------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 1.783 | (1.743) | 40 |
| Títulos e valores mobiliários | 23 | 1.743 | 1.766 |
| Outros | - | - | - |
| Total de ativos | 136.317 | - | 136.317 |
| Total de passivos | 73.418 | - | 73.418 |
| Total do patrimônio líquido | 62.899 | - | 62.899 |

Demonstrações do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2016

| | Anteriormente apresentado | Ajustes | Reclassificado |
|-----------------------------|------------------------------|---------|----------------|
| Atividades operacionais | 8.284 | (221) | 8.063 |
| Atividades de investimento | (901) | 3.037 | 2.136 |
| Atividades de financiamento | (10.199) | - | (10.199) |

6. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

| | Ref | 2017 | 2016 (Reclassificado) |
|---|------------|--------------|--------------------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | (a) | | |
| Caixa e Depósitos bancários à vista | | 21 | 40 |
| Fundos de investimento | | 1.255 | - |
| Total de caixa e equivalentes de caixa | | 1.276 | 40 |
| Títulos e valores mobiliários | (b) | | |
| Fundos de investimento | | - | 2.024 |
| Total de títulos e valores mobiliários | | - | 2.064 |
| Circulante | | 1.276 | 1.806 |
| Não circulante | | - | 258 |

- (a) Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.
- (b) Títulos e valores mobiliários são representados por: (i) garantias oferecidas para participação em leilões de energia e contratações de financiamentos, (ii) fundos de investimentos e (iii) aplicações que têm seus vencimentos superiores a três meses da data de aplicação.

SE Narandiba S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2017, é constituída, principalmente, por fundos de investimentos exclusivos, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme abaixo.

Seguem composições das carteiras dos Fundos de Investimentos da Companhia:

| Carteira | 2017 |
|---|--------------|
| BB Polo 28 FI Renda Fixa | |
| BB TOP Curto Prazo | 1.254 |
| Compromissadas com Lastro de Títulos Públicos | 1 |
| Total CEC - Fundos Exclusivos | 1.255 |

7. Consumidores e Permissionárias

| Descrição | Corrente a vencer | | Provisão p/ Devedores Duvidosos | 2017 | 2016 |
|----------------------------------|-------------------|--|---------------------------------|-------|-------|
| | Até 60 dias | | | | |
| Encargos de uso de rede elétrica | 1.467 | | (15) | 1.452 | 1.665 |

8. Tributos Compensáveis

| | 2017 | 2016 |
|---|--------------|--------------|
| Imposto de renda - IR | 43 | 43 |
| Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL | 7 | 5 |
| Programa de integração social - PIS | 4 | 3 |
| Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS | 15 | 15 |
| Imposto sobre serviços - ISS | 36 | 160 |
| Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS | 5.643 | 5.643 |
| Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS | - | 210 |
| Outros | 9 | 72 |
| | 5.757 | 6.151 |
| Circulante | 114 | 508 |
| Não circulante | 5.643 | 5.643 |

9. Imobilizado e Intangível

A composição do imobilizado é como segue:

| Ativo Imobilizado em Serviço | Valor Bruto em 31/12/2016 | Adições (A) | Valor Bruto em 31/12/2017 | Adições Líquidas = (A)+(C) | Depreciação Acum. | Valor Líquido em 31/12/2017 | Valor Líquido em 31/12/2016 |
|---|----------------------------------|--------------------|----------------------------------|-----------------------------------|--------------------------|------------------------------------|------------------------------------|
| Transmissão | 106.909 | - | 106.909 | - | (15.974) | 90.935 | 94.433 |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 10.563 | - | 10.563 | - | (2.476) | 8.087 | 8.499 |
| Máquinas e equipamentos | 96.339 | - | 96.339 | - | (13.495) | 82.844 | 85.929 |
| Móveis e utensílios | 7 | - | 7 | - | (3) | 4 | 5 |
| Subtotal | 106.909 | - | 106.909 | - | (15.974) | 90.935 | 94.433 |
| Ativo Imobilizado em Curso | Valor Bruto em 31/12/2016 | Adições (A) | Valor Bruto em 31/12/2017 | Adições Líquidas = (A)+(C) | Depreciação Acum. | Valor Líquido em 31/12/2017 | Valor Líquido em 31/12/2016 |
| Transmissão | 3.269 | 37 | 3.306 | 37 | - | 3.306 | 3.269 |
| Máquinas e equipamentos | (8.112) | 37 | (8.075) | 37 | - | (8.075) | (8.112) |
| Outros | 11.381 | - | 11.381 | - | - | 11.381 | 11.381 |
| Subtotal | 3.269 | 37 | 3.306 | 37 | - | 3.306 | 3.269 |
| Total do Ativo Imobilizado | 110.178 | 37 | 110.215 | 37 | (15.974) | 94.242 | 97.702 |

SE Narandiba S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição do intangível é como segue:

| Intangível - R\$ Mil | Valor Bruto em 31/12/2016 | Valor Bruto em 31/12/2017 | Amortização Acum. | Valor Líquido em 31/12/2017 | Valor Líquido em 31/12/2016 |
|------------------------------------|---------------------------|---------------------------|-------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Ativo Intangível em Serviço | | | | | |
| Transmissão | 2 | 2 | (2) | - | - |
| Softwares | 2 | 2 | (2) | - | - |
| Subtotal | 2 | 2 | (2) | - | - |

| | 2017 | | | 2016 | |
|-------------------|--|---------|-------------------------------------|---------------|---------------|
| | Taxas anuais médias de depreciação (%) | Bruto | Depreciação e Amortização Acumulada | Valor líquido | Valor líquido |
| Em serviço | | | | | |
| Transmissão | | 106.909 | (15.974) | 90.935 | 94.433 |
| Custo histórico | 4,02 | 106.909 | (15.974) | 90.935 | 94.433 |
| | | 106.909 | (15.974) | 90.935 | 94.433 |
| Em curso | | | | | |
| Transmissão | | 3.307 | - | 3.307 | 3.269 |
| | | 3.307 | - | 3.307 | 3.269 |
| | | 110.216 | (15.974) | 94.242 | 97.702 |

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 474 de 2012, são as seguintes:

| Taxas anuais de depreciação (%) | |
|---------------------------------|------|
| Transmissão | |
| Condutor do sistema | 2,70 |
| Equipamento geral | 6,25 |
| Estrutura do sistema | 3,13 |
| Religadores | 4,00 |

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Não ocorreram adições ao imobilizado em serviço no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Não ocorreram baixas do imobilizado em serviço no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

SE Narandiba S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Empréstimos e financiamentos

| INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA | Juros de Curto Prazo | Principal Curto Prazo | Principal + Juros LP | Saldo Total | Adm- plente? /Reapetuação | Data Captação /Reapetuação | Tipo de Garantia | Indexador ou Juros | Spread % a.a. | Data Próximo Péto Juros | Frequência Péto Juros | Data Próxima Amortização | Vencimento Final | Frequência de Amortiz. | Sistemática Amortização | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023+ | Total | |
|--|-------------------------|--------------------------|-------------------------|----------------|---------------------------------|-------------------------------|---------------------|-----------------------|------------------|----------------------------|--------------------------|-----------------------------|---------------------|---------------------------|----------------------------|--------|-------|-------|-------|-------|--------|-------|
| Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira Outros (somar as demais) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Financ. / Emprést. Moeda Nacional | 5.169 | 12.182 | 20.028 | 37.380 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 10.532 | 5.697 | 1.722 | 1.722 | 355 | 20.028 | |
| SE Narandiba - FINAME | 25 | 4.859 | 7.893 | 12.677 | Sim | jun-10 | Outras | 4,50% | 15/01/18 | 15/01/18 | Mensal | 15/07/20 | 15/07/20 | SAC | 4.859 | 2.834 | - | - | - | - | 7.693 | |
| Extremo II - FINAME | 4 | 682 | 2.786 | 3.472 | Sim | dez-12 | Outras | 2,50% | 15/01/18 | 15/01/18 | Mensal | 15/01/23 | 15/01/23 | SAC | 682 | 682 | 682 | 682 | 57 | - | 2.786 | |
| Brumado II - FINAME | 4 | 801 | 3.205 | 4.011 | Sim | dez-12 | Outras | 2,50% | 15/01/18 | 15/01/18 | Mensal | 15/12/22 | 15/12/22 | SAC | 801 | 801 | 801 | 801 | - | - | 3.205 | |
| Financiamento LP - Banco IBM | 3.074 | 2.275 | 3.424 | 8.773 | Sim | mar-14 | Outras | CDI 31+ 0,26% a.a. | 26/03/18 | 26/03/18 | Semestral | 26/03/20 | 26/03/20 | Price | 2.262 | 1.141 | - | - | - | - | 3.424 | |
| Financiamento LP - Banco IBM | 2.939 | 3.330 | 1.668 | 7.938 | Sim | jan-15 | Outras | CDI 31+ 0,30% a.a. | 26/01/18 | 26/01/18 | Semestral | 26/01/19 | 26/01/19 | Price | 1.668 | - | - | - | - | - | - | 1.668 |
| Financiamento LP - Ampliação e Extremo | 4 | 235 | 1.251 | 1.490 | Sim | jun-14 | Outras | 2,5% a.a. | 15/01/18 | 15/01/18 | Mensal | 15/04/24 | 15/04/24 | SAC | 238 | 238 | 238 | 238 | 298 | - | 1.251 | |

| INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA | Saldo total |
|------------------------------|-------------|
|------------------------------|-------------|

| | |
|---------------------------------------|--------------|
| Caixa e Aplicações Financeiras | 1.276 |
| Saldo Final de Caixa - Conta 111 | 1.276 |

| RESUMO | Juros de Curto Prazo | Principal Curto Prazo | Principal + Juros LP | Total 2017 | Total 2016 |
|-----------------------------------|-------------------------|--------------------------|-------------------------|----------------|----------------|
| Dívida Bruta | 5.169 | 12.182 | 20.028 | 37.380 | 60.324 |
| Financ. / Emprést. Moeda Nacional | 5.169 | 12.182 | 20.028 | 37.380 | 60.324 |
| Ativos Financeiros | - | (1.276) | - | (1.276) | (4.599) |
| Alta Liquidez | - | (1.276) | - | - | - |
| Dívida Líquida | 5.169 | 10.906 | 20.028 | 36.104 | 55.725 |

11. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A Assembleia dos Acionistas aprovou as destinações dos lucros da seguinte forma:

| Deliberação | Provento | Valor deliberado - R\$ | Valor mil por ação |
|----------------------------|------------|---------------------------|--------------------|
| | | | ON |
| 2017 | | | |
| AGO de 28 de abril de 2017 | Dividendos | 1.436 | 0,0212194574 |
| 2016 | | | |
| AGO de 28 de abril de 2016 | Dividendos | 868 | 0,0168895463 |

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária.

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

| | 2017 | 2016 |
|---|-------|-------|
| Lucro líquido do exercício (societário) | 8.135 | 6.045 |
| Constituição da reserva legal (5%) | (407) | (302) |
| Base de cálculo do dividendo | 4.774 | 5.743 |
| Dividendos mínimos obrigatórios (25%) | 1.932 | 1.436 |

A movimentação dos saldos a pagar aos acionistas é como segue:

| | |
|---------------------------------|--------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 19.384 |
| Declarados | 1.436 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | 20.820 |
| Declarados | 1.932 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2017 | 22.752 |

SE Narandiba S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimônio Líquido

Ao longo do ano de 2017, a acionista controladora aprovou aumento de capital em R\$ 3.279. O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 57.564 (2016 - R\$ 54.375), dividido em 57.564.000 em 2017 (2016 - 54.375.000) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, integralmente detidas pela Neoenergia S.A.

Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

Reserva especial de dividendos não distribuídos

De acordo com o parágrafo 5º do art. 202 da Lei nº 6.404/76, a Administração da Companhia está propondo “ad referendum” a Assembleia dos Acionistas a constituição de reserva especial de dividendos não distribuídos no montante de R\$ 5.796.

13. Receita Operacional líquida

| | Ref. | 2017 | 2016 |
|---|------|----------------|---------------|
| Receita operacional | | | |
| Receita de transmissão - Rede Básica | (a) | 15.133 | 14.039 |
| Deduções à receita | | | |
| PIS/COFINS | | (552) | (511) |
| RGR - Reserva Global de Reversão | | (457) | (286) |
| TFSEE - Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica | | (52) | (48) |
| P&D - Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética | | (139) | (131) |
| | | (1.200) | (976) |
| | | 13.933 | 13.063 |

(a) Receita operacional

A receita de transmissão - Rede Básica é relacionada à construção, operação e manutenção sob o Contrato de Concessão nº 004/2009 - Linha de Transmissão e são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados.

14. Custos Gerenciáveis - Parcela “B”

| Custo / Despesas | 2017 | | | 2016 |
|---------------------------|---------------------|-----------------------------------|----------------|----------------|
| | Custos dos serviços | Despesas gerais e administrativas | Total | Total |
| Material | (123) | - | (123) | (143) |
| Serviços de terceiros | (1.909) | (173) | (2.082) | (1.975) |
| Arrendamentos e aluguéis | - | - | - | (8) |
| Tributos | (50) | (1) | (51) | (44) |
| Depreciação | (3.498) | - | (3.498) | (3.467) |
| Provisões líquidas - PCLD | (6) | - | (6) | - |
| Outros | (427) | - | (427) | (122) |
| Total custos / despesas | (6.013) | (174) | (6.187) | (5.759) |

SE Narandiba S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Resultado financeiro

| <u>Receita Financeira</u> | <u>2017</u> | <u>2016</u> |
|--|----------------|----------------|
| Renda de aplicações financeiras | 109 | 222 |
| Juros e encargos sobre contas de energia em atraso | 2 | 4 |
| Total | <u>111</u> | <u>226</u> |
| | | |
| <u>Despesa Financeira</u> | | |
| Encargos de dívida | (2.038) | (1.997) |
| Variação Monetária | - | (2.436) |
| Outras despesas financeiras | | |
| | (902) | (101) |
| Total | <u>(2.940)</u> | <u>(4.444)</u> |
| Resultado Financeiro Líquido | <u>(2.829)</u> | <u>(4.218)</u> |

16. Saldos e transações com partes relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

| <u>COLIGADAS</u> | Ref. | <u>Ativo / Passivo</u> | | <u>Receita / (Despesa)</u> | |
|--|------|------------------------|-----------------|----------------------------|----------------|
| | | <u>2017</u> | <u>2016</u> | <u>2017</u> | <u>2016</u> |
| <u>Uso e Conexão do Sistema de Transmissão (CUST) e (CTT)</u> | | | | | |
| COELBA | | 940 | 1.037 | 8.950 | 8.116 |
| CELPE | | 4 | 2 | 35 | 20 |
| COSERN | | 297 | 380 | 3.207 | 3.253 |
| ITAPEBI | | - | - | 4 | 4 |
| TERMOPERNAMBUCO | | 1 | 1 | 7 | 8 |
| BAGUARI | | - | - | - | 1 |
| ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA | | - | 1 | 5 | 7 |
| COMPANHIA HIDROELÉTRICA TELES PIRES | | 4 | 6 | 57 | 61 |
| ELEKTRO REDES | | 6 | - | 22 | - |
| | | <u>1.252</u> | <u>1.427</u> | <u>12.287</u> | <u>11.470</u> |
| <u>Serviços administrativos</u> | | | | | |
| NEOENERGIA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO S/A | (a) | (96) | (114) | (1.210) | (1.135) |
| | | <u>(96)</u> | <u>(114)</u> | <u>(1.210)</u> | <u>(1.135)</u> |
| <u>Dividendos e JSCP</u> | | | | | |
| NEOENERGIA S/A | (c) | (22.752) | (20.820) | - | - |
| | | <u>(22.752)</u> | <u>(20.820)</u> | - | - |
| <u>Empréstimos, Aplicação Financeira e Contrato de Mútuo</u> | | | | | |
| BANCO DO BRASIL | (b) | - | 5 | - | - |
| | | <u>-</u> | <u>5</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |
| TOTAL | | <u>(21.596)</u> | <u>(19.502)</u> | <u>11.077</u> | <u>10.335</u> |

(a) Contrato de prestação de serviço de O&M com vigência de 48 meses, com início em 29 de maio de 2014. O preço dos serviços é reajustado anualmente de acordo com o IPCA do período;

(b) Aplicação financeira Fundo de Investimento Restrito (BB Polo 28);

(c) Dividendos a pagar à Neoenergia.

SE Narandiba S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16.1 Aplicações em fundo de investimento BB Polo 28

O Fundo BB Polo 28 é destinado a Neoenergia e suas partes relacionadas onde tem por objetivo investir em ativos financeiros e/ou modalidades operacionais de renda fixa que busquem acompanhar as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários - CDI, por meio da aplicação de seus recursos em cotas de fundos de investimento e/ou ativos diretamente na carteira do fundo sendo as cotas dos fundos e ativos aderentes à Política Financeira e de Crédito do Grupo Neoenergia.

16.2 Remuneração da administração

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não houve remuneração dos administradores da Companhia.

17 Gestão de risco financeiro

a) Considerações gerais e políticas

A gestão dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política de Riscos Financeiros e na Política de Risco de Crédito do Grupo Neoenergia aprovadas pelo Conselho de Administração, além dos demais normativos.

O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados.

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

b) Gestão de risco de mercado

Risco de taxas de juros e índice de preços

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras.

Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

c) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. A política financeira adotada pelo Grupo busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

SE Narandiba S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam preferencialmente alocadas em fundos exclusivos para as empresas do Grupo e tenham como diretriz alocar prioritariamente os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro 2017, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 1.255.

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

| | Valor contábil | Fluxo de caixa contratual total | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | Acima de 5 anos |
|---|----------------|---------------------------------|--------|--------|-------|-------|-------|-----------------|
| Passivos financeiros não derivativos | | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 37.380 | 39.929 | 15.738 | 13.429 | 6.798 | 1.816 | 1.765 | 383 |
| Fornecedores | 272 | 272 | 272 | - | - | - | - | - |

d) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

Risco de crédito junto a contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais.

Para as operações oriundas da atividade de transmissão, existem limitações impostas pelo ambiente regulado, onde cabe a esse agente determinar alguns processos operacionais e administrativos, dentre eles, políticas de cobrança e mitigação dos riscos de crédito de seus participantes.

Risco de crédito junto a instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da Política de Risco de Crédito do Grupo que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras com boa qualidade de crédito.

É realizado ainda o acompanhamento periódico da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

SE Narandiba S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | <u>2017</u> | <u>2016</u> |
|--|-------------|-------------|
| Mensurados pelo valor justo por meio do resultado | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 1.276 | 40 |
| Títulos e valores mobiliários | - | 2.024 |
| Empréstimos e recebíveis | | |
| Contas a receber de clientes e outros | 1.452 | 1.665 |

e) Análise de sensibilidade

A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas de juros vigentes ao final do período.
- Cenário II: Esta projeção foi reduzida em 25% em relação ao cenário provável.
- Cenário III: Esta projeção foi reduzida em 50% em relação ao cenário provável.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido à variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

| Operação | Indexador | Risco | Taxa no período | Exposição (Saldo/Nacional) | Cenário Provável | Impacto Cenário (II) | Impacto Cenário (III) |
|---|-----------|--------------|-----------------|----------------------------|------------------|----------------------|-----------------------|
| ATIVOS FINANCEIROS | | | | | | | |
| Aplicações financeiras em CDI | CDI | Queda do CDI | 6,9% | 1.255 | 126 | 94 | 63 |
| PASSIVOS FINANCEIROS | | | | | | | |
| Empréstimos, Financiamentos e Debêntures | | | | | | | |
| Dívidas em CDI | CDI | Alta do CDI | 6,89% | (15.830) | (1.138) | (284) | (569) |

SE Narandiba S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

f) Estimativa a Valor justo

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

| | Nível * | 2017 | | 2016 | |
|---|---------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | | Contábil | Valor Justo | Contábil | Valor Justo |
| Ativos financeiros (Circulante / Não circulante) | | | | | |
| Empréstimos e recebíveis | | 1.452 | 1.452 | 1.665 | 1.665 |
| Contas a receber de clientes e outros | 2 | 1.452 | 1.452 | 1.665 | 1.665 |
| Mensurados pelo valor justo por meio do resultado | | 1.276 | 1.276 | 2.064 | 2.064 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 1 | 1.276 | 1.276 | 40 | 40 |
| Títulos e valores mobiliários | 2 | - | - | 2.024 | 2.024 |
| Passivos financeiros (Circulante / Não circulante) | | | | | |
| Mensurado pelo custo amortizado | | 37.652 | 38.239 | 50.125 | 50.211 |
| Fornecedores | 2 | 272 | 272 | 187 | 187 |
| Empréstimos e financiamentos | 2 | 37.380 | 37.967 | 49.938 | 49.938 |

(*) Refere-se à hierarquia para determinação do valor justo.

O nível de mensuração de cada instrumento financeiro respeita a seguinte hierarquia de valor justo: Nível 1 para preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos da Companhia; Nível 2 para informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no nível anterior; e Nível 3 para dados não observáveis para o instrumento em questão.

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os financiamentos classificados e mensurados ao custo amortizado, a Companhia entende que, por serem tratadas de operações bilaterais e não possuem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis as já apresentadas que possam ser parâmetro a determinação de seus valores justos, os valores contábeis refletem o valor justo da operação. Para mensuração do valor justo dos empréstimos a Companhia se utilizou do valor a curva.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos exclusivos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

A Companhia entende que adotando a metodologia descrita acima reflete o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais. Para esses ativos não existe mercado ativo, e uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, o Grupo entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos.

SE Narandiba S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18 Seguros

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

| Riscos | Data da vigência | Importância Segurada | Prêmio |
|--|---------------------|----------------------|--------|
| Responsabilidade Civil Geral - Operações | 30/11/17 a 30/11/18 | 100.000 | 23 |
| Risco Operacional - Subestações e Usinas | 30/11/17 a 30/11/18 | 130.988 | 96 |

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes.

18. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu as práticas contábeis adotadas no Brasil para a contabilização e elaboração das Demonstrações Financeiras Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador e apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações contábeis apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

SE Narandiba S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Nota | 2017 | | | 2016 | | |
|---|------|----------------|-----------------|----------------|----------------|-----------------|----------------|
| | | Regulatório | Ajustes | Societário | Regulatório | Ajustes | Societário |
| Ativos | | | | | | | |
| Ativo circulante | | 2.867 | (12.807) | 15.673 | 4.006 | (12.476) | 16.482 |
| Caixa e equivalentes de caixa | | 1.276 | - | 1.276 | 40 | - | 40 |
| Concessionárias e permissionárias | | 1.452 | - | 1.452 | 1.665 | - | 1.665 |
| Tributos compensáveis | | 114 | - | 114 | 508 | - | 508 |
| Títulos e valores mobiliários | | - | - | - | 1.766 | - | 1.766 |
| Ativo financeiro da concessão | 18.1 | - | (12.807) | 12.807 | - | (12.476) | 12.476 |
| Outros ativos circulantes | | 24 | - | 24 | 27 | - | 27 |
| Ativo não circulante | | 99.884 | (19.983) | 119.867 | 103.603 | (16.232) | 119.835 |
| Títulos e valores mobiliários | | - | - | - | 258 | - | 258 |
| Tributos compensáveis | | 5.643 | - | 5.643 | 5.643 | - | 5.643 |
| Ativo financeiro da concessão | 18.1 | - | (114.224) | 114.224 | - | (113.934) | 113.934 |
| Imobilizado | 18.2 | 94.242 | 94.242 | - | 97.702 | 97.702 | - |
| Total do ativo | | 102.751 | (32.789) | 135.540 | 107.609 | (28.708) | 136.317 |
| Passivo | | | | | | | |
| Passivo circulante | | 41.161 | - | 41.161 | 18.876 | - | 18.876 |
| Fornecedores | | 272 | - | 272 | 187 | - | 187 |
| Empréstimos e financiamentos | | 17.352 | - | 17.352 | 17.729 | - | 17.729 |
| Tributos a pagar | | 662 | - | 662 | 810 | - | 810 |
| Dividendos declarados e juros sobre capital próprio | | 22.752 | - | 22.752 | - | - | - |
| Encargos setoriais | | 116 | - | 116 | 115 | - | 115 |
| Outros passivos circulantes | | 7 | - | 7 | 35 | - | 35 |
| Passivo não circulante | | 20.137 | 1.861 | 21.998 | 53.064 | 1.478 | 53.064 |
| Empréstimos e financiamentos | | 20.028 | - | 20.028 | 32.209 | - | 32.209 |
| Encargos setoriais | | 102 | - | 102 | 35 | - | 35 |
| Dividendos declarados e juros sobre capital próprio | | - | - | - | 20.820 | - | 20.820 |
| Tributos diferidos | 18.4 | - | 1.861 | 1.861 | - | 1.478 | 1.478 |
| Outros passivos não circulantes | | 7 | - | 7 | - | - | - |
| Total do passivo | | 61.297 | 1.861 | 63.159 | 71.940 | 1.478 | 73.418 |
| Patrimônio líquido | | | | | | | |
| Capital social | | 57.654 | - | 57.654 | 54.375 | - | 54.375 |
| Reservas de lucros | | 14.727 | - | 14.727 | 8.524 | - | 8.524 |
| Lucros ou Prejuízos Acumulados | 18.4 | (30.928) | (30.928) | - | (27.230) | (27.230) | - |
| Total do patrimônio líquido | | 41.454 | (30.928) | 72.382 | 35.669 | (27.230) | 62.899 |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | | 102.751 | (29.066) | 135.540 | 107.609 | (25.752) | 136.317 |

SE Narandiba S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| Nota | 2017 | | | 2016 | | |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | Regulatório | Ajustes | Societário | Regulatório | Ajustes | Societário |
| Operações em continuidade | | | | | | |
| Receita / Ingresso | 15.133 | (620) | 15.754 | 14.039 | (2.101) | 16.140 |
| Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição | 15.133 | 11.848 | 3.285 | 14.039 | 7.996 | 6.043 |
| 18.3.3 Outras receitas vinculadas | - | (12.431) | 12.431 | - | (9.452) | 9.452 |
| 18.3.2 Receita de Construção | - | (37) | 37 | - | (645) | 645 |
| Tributos | (552) | - | (552) | (511) | - | (511) |
| PIS | (98) | - | (98) | (91) | - | (91) |
| Cofins | (454) | - | (454) | (420) | - | (420) |
| Encargos - Parcela "A" | (648) | - | (648) | (465) | - | (465) |
| Pesquisa e Desenvolvimento - P&D | (139) | - | (139) | (131) | - | (131) |
| Reserva Global de Reversão - RGR | (457) | - | (457) | (286) | - | (286) |
| Taxa de fiscalização | (52) | - | (52) | (48) | - | (48) |
| Receita líquida | 13.933 | (620) | 14.553 | 13.063 | (2.101) | 15.164 |
| Custos não gerenciáveis - Parcela "A" | (0) | 37 | (37) | - | 645 | (645) |
| 18.3.2 Custo de Construção | (0) | 37 | (37) | - | 645 | (645) |
| Resultado antes dos custos gerenciáveis | 13.933 | (583) | 14.516 | 13.063 | (1.456) | 14.519 |
| Custos gerenciáveis - Parcela "B" | (6.187) | (3.498) | (2.689) | (5.759) | (3.467) | (2.292) |
| Material | (123) | - | (123) | (143) | - | (143) |
| Serviços de terceiros | (2.082) | - | (2.082) | (1.975) | - | (1.975) |
| Arrendamento e aluguéis | - | - | - | (8) | - | (8) |
| Tributos | (51) | - | (51) | (44) | - | (44) |
| 18.2.1 Depreciação e amortização | (3.498) | (3.498) | - | (3.467) | (3.467) | - |
| Outras Gastos Operacionais | (432) | - | (432) | (122) | - | (122) |
| Resultado da Atividade | 7.747 | (4.081) | 11.828 | 7.304 | (4.923) | 12.227 |
| Resultado Financeiro | (2.829) | - | (2.829) | (4.218) | - | (4.218) |
| Despesas financeiras | (2.940) | - | (2.940) | (4.444) | - | (4.444) |
| Receitas financeiras | 111 | - | 111 | 226 | - | 226 |
| Lucro antes dos impostos sobre o lucro | 4.918 | (4.081) | 8.999 | 3.086 | (4.923) | 8.009 |
| Despesa com impostos sobre os lucros | (480) | 383 | (863) | (487) | 1.478 | (1.965) |
| Lucro líquido do exercício | 4.438 | (3.698) | 8.136 | 2.599 | (3.445) | 6.044 |
| Lucro por ação | 0,08 | | | 0,05 | | |

SE Narandiba S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18.1. Ativos financeiros da concessão

As diferenças identificadas entre o ativo imobilizado societário e regulatório são decorrentes da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e OCPC 05 - Contratos de Concessão na contabilidade societária. Estas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços.

Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 - Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios.

18.2. Imobilizado e Intangível

Os ajustes são decorrentes das diferenças identificadas entre o ativo imobilizado societário e regulatório são decorrentes da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 e OCPC 05 - Contratos de Concessão na contabilidade societária. Estas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços.

Os contratos de transmissão determinam quais os serviços e quem serão os usuários (geradores, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores). O concessionário é remunerada através da chamada RAP - Receita anual permitida, que já é definida no contrato, assim o preço não tem relação com a utilização e, sim com a disponibilização da infraestrutura. O modelo a ser utilizado para os contratos de concessão de transmissão nas demonstrações contábeis societárias é o reconhecimento de apenas o ativo financeiro, representando um direito incondicional de receber um valor determinável e assegurado, a RAP, remuneração desta já definida no contrato. Um dos pontos essenciais para tal conclusão vem da ausência de risco de demanda. Mesmo os fluxos de caixa vindo dos usuários (TUST) e não do poder concedente, não altera o direito incondicional de receber um valor determinável, o método de pagamento é apenas uma questão de formalidade. O ativo intangível não é reconhecido pois a concessionária não tem direito de cobrar pelo uso da infra-estrutura, e sim, é remunerada pela disponibilização da infraestrutura. A partir da adoção desse procedimento o ativo imobilizado substituído pelo ativo financeiro.

18.2.1. Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina Resolução ANEEL nº. 367/2009. As taxas anuais estão determinadas na tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997, e nº 44, de 17 de março de 1999, e art. 9º da Resolução ANEEL nº 367, de 2 de junho de 2009.

Os ajustes são decorrentes das formas de reconhecimento nos saldos societários pela aplicação do ICPC 01 como Ativo Financeiro e regulatório pela Resolução Normativa ANEEL nº 396, como Ativo Imobilizado. A partir da adoção desse procedimento o ativo imobilizado é classificado como ativo financeiro da concessão não havendo contabilização de depreciação.

18.3. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

Os ajustes são decorrentes da capitalização de gastos como ativos com aderência às disposições contidas no CPC 27, que estabelece os critérios de reconhecimento de ativo imobilizado.

SE Narandiba S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18.3.1. Ativo financeiro

Os ajustes são decorrentes de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e OCPC 05 - Contratos de Concessão na contabilidade societária. Estas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços. A partir da adoção desse procedimento o ativo imobilizado foi classificado como ativo financeiro da concessão.

18.3.2. Receita e Custo de construção (resultado)

Os ajustes são decorrentes de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e OCPC 05 - Contratos de Concessão na contabilidade societária. A partir da adoção desse procedimento a Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo financeiro em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

18.3.3. Remuneração do ativo financeiro (resultado)

Os ajustes são decorrentes de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e OCPC 05 - Contratos de Concessão na contabilidade societária. A partir da adoção desse procedimento a Companhia contabiliza a parcela referente a recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicionalmente pela construção, disponibilização e entrega de rede de transmissão, tem de entregar, direta ou indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. Esses valores são mensurados pelo método de fluxos de caixa futuros estimados de tarifas (RAP), descontados pela taxa interna de retorno do projeto.

18.4. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

| | <u>2017</u> | <u>2016</u> |
|---|----------------------|----------------------|
| Saldos no início do exercício | 72.382 | 62.899 |
| Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória | (30.928) | (27.230) |
| Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01) | (127.031) | (126.410) |
| Depreciação | 94.242 | 97.702 |
| Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis | 1.861 | 1.478 |
| Saldos no fim do exercício | <u><u>41.454</u></u> | <u><u>35.669</u></u> |

Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01) - Os ajustes são decorrentes de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e OCPC 05 - Contratos de Concessão na contabilidade societária. Estas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços. A partir da adoção desse procedimento o ativo imobilizado classificado como ativo financeiro da concessão. O valor reconhecido do ativo financeiro, suas estimativas de fluxos de caixas futuros e taxas efetivas de juros, são revisados anualmente, a cada data base de reajuste anual pelo IGPM

SE Narandiba S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Depreciação - Os ajustes são decorrentes de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e OCPC 05 - Contratos de Concessão na contabilidade societária. Estas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços. A partir da adoção desse procedimento o ativo imobilizado é classificado como ativo financeiro da concessão não havendo contabilização de depreciação.

18.5. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

| | <u>2017</u> | <u>2016</u> |
|---|---------------------|---------------------|
| Lucro líquido conforme contabilidade societária | 8.135 | 6.044 |
| Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória | (3.698) | (3.445) |
| Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01) | (583) | (1.456) |
| Depreciação | (3.498) | (3.467) |
| Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis | 383 | 1.478 |
| Lucro líquido regulatório | <u>4.437</u> | <u>2.599</u> |

Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01) - o efeito é decorrente de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e OCPC 05 - Contratos de Concessão na contabilidade societária. Estas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços. A partir da adoção desse procedimento o ativo imobilizado classificado como ativo financeiro da concessão.

Depreciação - o efeito é decorrente de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e OCPC 05 - Contratos de Concessão na contabilidade societária. Estas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços. A partir da adoção desse procedimento o ativo imobilizado é classificado como ativo financeiro da concessão não havendo depreciação.